

Nota Técnica 08/2025 – Sustentabilidade na Construção Civil

A sustentabilidade tem ocupado papel central nos debates sobre desenvolvimento econômico, social e ambiental em diversos setores, sendo a construção civil um dos principais pontos de discussão no Estado do Tocantins. Nos últimos anos, a busca por práticas sustentáveis nesse setor tem gerado não apenas debates acadêmicos e técnicos, mas também iniciativas legislativas que buscam regulamentar, orientar e incentivar a implementação de processos construtivos que minimizem impactos ambientais, promovam a eficiência energética, reduzam desperdícios e priorizem o uso de materiais menos agressivos ao meio ambiente.

No Tocantins, o tema da sustentabilidade na construção civil tem sido constantemente debatido em 2025, sendo objeto de proposições legislativas como o **PL 116/2025**, o **PL 759/2024** e o **PL 789/2024**.

O Projeto de Lei nº 759/2024, de autoria da Deputada Estadual Vanda Monteiro, trata da promoção da sustentabilidade ambiental nas construções públicas estaduais por meio da utilização eficiente de água e energia. As principais diretrizes incluem: adoção de tecnologias que favoreçam o consumo consciente; uso prioritário de fontes renováveis e alternativas de energia; valorização da iluminação e ventilação naturais; apoio a ações de educação ambiental e fiscalização. A proposta destaca o papel do poder público como indutor de boas práticas, contribuindo para a redução dos custos operacionais do Estado e para a conscientização ambiental da sociedade.

O Projeto de Lei nº 116/2025, de autoria do Deputado Estadual Professor Júnior Geo propõe a obrigatoriedade de projetos de prédios públicos autossustentáveis, com foco em autossuficiência energética e hídrica. Suas principais exigências são: instalação de sistemas de energia solar fotovoltaica; implantação de poços artesianos ou soluções de captação de água subterrânea; reúso de água para atividades não potáveis; telhados verdes, sensores automáticos, e técnicas de isolamento térmico; aplicação também em reformas e ampliações estruturais. A proposta é robusta e tecnicamente orientada, incluindo penalidades para o descumprimento, bem como previsão de parcerias com universidades e instituições de pesquisa.

Já o Projeto de Lei nº 789/2024, de autoria da Deputada Estadual Claudia Lelis, trata da adoção de práticas sustentáveis em todas as obras e serviços de construção civil executados pelo Estado. Entre os principais pontos, destacam-se: utilização de

materiais reciclados e ambientalmente corretos; gestão de resíduos sólidos e uso racional de recursos naturais; promoção de conforto ambiental e eficiência energética; previsão de exceções técnicas e emergenciais; incentivo a políticas públicas de reciclagem e campanhas de educação ambiental. É uma proposta abrangente, que inclui diretrizes tanto para novos empreendimentos quanto para a promoção de cadeias produtivas sustentáveis, como centros de comercialização de recicláveis.

Os três projetos compartilham o objetivo comum de tornar a construção civil pública mais alinhada com os princípios da sustentabilidade. O projeto da Deputada Vanda Monteiro enfatiza a eficiência no uso dos recursos naturais nas novas construções públicas. Já o projeto do Deputado Professor Júnior Geo se destaca por exigir a autossuficiência energética e hídrica, com exigências técnicas rigorosas. Por sua vez, a proposta da Deputada Claudia Lelis amplia o escopo para todas as obras civis do Estado, promovendo também a cadeia de reciclagem e tecnologias sustentáveis. A integração dessas propostas poderia resultar em um marco normativo ainda mais completo para construções sustentáveis no Tocantins.

A temática do meio ambiente é sem dúvida um direito de *status* constitucional, que ganha relevância e urgência ano a ano. Assim, as iniciativas parlamentares merecem reconhecimento sobre sua relevância e necessidade de comprometimento pelo Poder Público quanto a defesa e preservação do meio ambiente, dever este compartilhado entre todos entes, instituições, empresas, sociedade civil e cidadãos.

A construção civil representa um dos setores que mais gera empregos no Tocantins e tem papel estratégico no desenvolvimento econômico regional, mas também é historicamente um dos maiores responsáveis pelo consumo de recursos naturais e geração de resíduos sólidos. Assim, a consolidação de uma agenda voltada à sustentabilidade contribui não apenas para o meio ambiente, mas também para o fortalecimento da competitividade das empresas locais, geração de inovação tecnológica e melhora da qualidade de vida das populações urbanas.

Diante desse cenário, a perspectiva é de que a discussão avance ainda mais em 2025, consolidando o tema como prioridade de políticas públicas e privadas no Estado do Tocantins, especialmente considerando o aumento da pressão social e ambiental para transformações profundas nos modelos produtivos do setor da construção civil.

Júlia Moreira Vieira

Assessor de Defesa da Indústria - FIETO

Daniel Alencar Bardal

Assessor de Defesa da Indústria - FIETO